

A nova economia ganha corpo

Andrei Meireles

Integrado por economistas e empresários com visões distintas sobre as soluções para os principais problemas brasileiros, o Conselho Econômico começa hoje a definir as linhas mestras das políticas financeira, social e econômica do governo Tancredo Neves. Em seu processo de formação, o Conselho, cuja composição reflete a diversidade de correntes que integram a Aliança Democrática, provocou a primeira desavença expressiva entre o PMDB e a Frente Liberal. É o primeiro teste de convivência entre as forças que apóiam Tancredo Neves. Os três representantes da Frente Liberal terão uma conversa prévia com o vice-presidente Aureliano Chaves, que dispõe de idéias próprias para os problemas brasileiros, responsáveis por desencontros e atritos com a equipe econômica do governo Figueiredo.

A representação liberal é eclética: o ex-ministro Hélio Beltrão é contra a recessão e se destaca pela defesa das pequenas e médias empresas como o melhor caminho para a consolidação do capitalismo no País; o diretor do Itau, Sérgio Freitas, indicado pelo banqueiro Olavo Setúbal, será o porta-voz dos interesses do setor financeiro; e o empresário Sérgio Quintella, ex-presidente da Jari, que expressará a posição dos grandes empreiteiros nacionais.

O Conselho é coordenado pelo Secretário de Planejamento de São Paulo, José Serra, favorável a mudanças das prioridades governamentais com concessões sociais graduais para evitar o agravamento da crise econômica. Uma mudança radical, na opinião de Serra, poderia produzir efeitos contrários aos pretendidos, agravando a situação social e disparando a inflação.

Ao lado de Serra, estarão dois conceituados economistas. Com experiência de Governo — foi ministro de Planejamento do presidente João Goulart —, Celso Furtado é o principal formulador das propostas apresentadas à Nação, em nome do PMDB, pelo deputado Ulysses Guimarães. Seu nome já foi tido como certo para o Ministério do Planejamento, mas sua cotação anda no momento em baixa. O terceiro representante do PMDB é Luciano Coutinho, considerado um dos maiores especialistas brasileiros em dívida externa.

Expectativas

O Conselho Econômico começa a funcionar sob expectativas distintas. De um lado, os que pretendem esvaziá-lo consideram que será mais uma comissão de alto nível formada no País para apresentar um suculento relatório destinado aos arquivos. Para estes, a política econômica do futuro governo será de fato definida pelos ministros a serem escolhidos. No PMDB, contudo, a previsão é diferente: acredita-se que pelo menos o chamado programa dos 100 primeiros dias de governo, destinado à manutenção da confiança da opinião pública em mudanças, deverá ser efetivamente cumprido.

A importância deste Conselho pode ser medida pela disputa em torno da sua formação, envolvendo toda a cúpula da Aliança Democrática. A Frente Liberal, tendo como ponta de lança o vice-presidente Aureliano Chaves, não gastaria seu poder de fogo como gastou em torno de uma comissão destinada a nada. O PMDB também não reagiria, assegurando a coordenação a José Serra, caso não desse importância ao Conselho.

Os compromissos explicitados genericamente pelo candidato Tancredo Neves indicam que a questão econômica passará a ter importantes condicionamentos políticos e sociais. No próximo sábado, em Belo Horizonte, começará a ser discutida objetivamente a proposta de pacto social, reunindo lideranças sindicais, secretários de Trabalho e o próprio candidato. De uma maneira geral, com resistências apenas dos sindicalistas filiados à CUT, há disposição no movimento sindical para a negociação de um acordo nacional, mas indisposição a se dar um cheque em branco à futura administração.

Os representantes dos trabalhadores tendem a fixar uma pauta mínima de reivindicações imediatas, que inclui, entre outros pontos, a reposição integral da perda do poder aquisitivo do salário com a inflação, a mudança da política habitacional e a autonomia e liberdade sindicais. É consenso entre as lideranças sindicais que a classe trabalhadora não tem condições de fazer novos sacrifícios e qualquer pacto ou contrato social terá de levar isto em conta.

Tancredo Neves já deixou claro que será prioridade absoluta em seu governo a redução substancial da inflação. Todos integrantes do Conselho concordam com isto. Na forma de fazê-lo, particularmente na distribuição dos sacrifícios, é que surgirão as divergências.

No tratamento das dívidas interna e externa, há variadas propostas. O Conselho terá dificuldades em definir uma proposta consensual. Este será um dos seus grandes desafios.